



Encontro Internacional sobre Gestão
Empresarial e Meio Ambiente

A Sustentabilidade como princípio ético: os conceitos weberianos sobre ética e ação social como subsídios teóricos dessa concepção

VIRGÍNIA CONCEIÇÃO VASCONCELOS CARNEIRO

Universidade Federal de Pernambuco

virginiavlins@gmail.com

SÉRGIO ALVES

alves@ufpe.br

A Sustentabilidade como princípio ético: os conceitos weberianos sobre ética e ação social como subsídios teóricos dessa concepção

Resumo: Este trabalho tem como foco demonstrar as contribuições dos conceitos weberianos sobre ética e ação social para a discussão dos princípios éticos da Sustentabilidade. O objetivo é investigar como esse arcabouço teórico pode fornecer as bases para a construção desse preceito. Parte-se do pressuposto que só uma mudança nos valores coletivos pode impulsionar e promover a Sustentabilidade, nisto, as concepções sobre o tema devem abranger o nível das práticas sociais e o nível do pensamento social. Para tanto, foram debatidas diferentes perspectivas que versam sobre ética, no intuito de se construir um referencial teórico para a conceituação do tema, bem como inferidas análises sobre as relações dos assuntos Sustentabilidade e ética e sugerido o uso das concepções weberianas para o entendimento da Sustentabilidade como substrato ético. As conclusões indicam que o uso dos conceitos weberianos sobre a temática analisada, contribui para um entendimento da Sustentabilidade como princípio ético e não como um mero imperativo prático, ao explicar as motivações da ação social e nesse sentido, a significação que os agentes podem conceder à Sustentabilidade em suas interações sociais, bem como, os respectivos princípios morais que embasam o comportamento ético dos agentes frente às questões ambientais.

Palavras-chave: Ética, Sustentabilidade, ação social.

Sustainability as an ethical principle: Weberian concepts of ethics and social action as theoretical support of this conception

Abstract: This work focuses on demonstrating the contributions of Weberian concepts of ethics and social action to discuss the ethical principles of sustainability. The aim is to investigate how this theoretical framework can provide the foundation for the construction of this precept. Part from the assumption that only a change in the collective values can propel and promote Sustainability, in this, the conceptions about the theme should cover the level of social practices and the level of social thought. To this end, were used different perspectives that deal with ethics in order to build a theoretical framework for conceptualizing the theme, as well as analyzes of the inferred relationships of Sustainability and ethical issues and suggested the use of Weberian concepts for the understanding of sustainability were discussed as ethical substratum. The findings indicate that the use of Weberian concepts within the analysis contributes to an understanding of sustainability as an ethical principle and not merely as a practical imperative, to explain the motivations of social action and in this sense, meaning that agents can grant sustainability in their social interactions, as well as their moral principles that underlie the ethical behavior of agents facing environmental issues.

Key Words: Ethics, Sustainability, social action

1. Introdução

A relação homem-natureza tem sido estabelecida ao longo da história por uma lógica predatória, na qual o ser humano usa, destrói e desrespeita o espaço natural. A fundamentação para tal acontecimento, reside nas concepções ideológicas que o homem formulou para embasar seus atos, nelas a sociedade justifica a degradação ambiental, argumentando que esta é necessária para que os avanços econômicos, científicos e tecnológicos possam acontecer.

No entanto, as consequências adversas desse ideal são cada vez mais visíveis e inevitáveis e o princípio de superioridade do homem sobre a natureza tem sido questionado. Em seu lugar tem emergido debates, ideias e propostas alternativas para o reordenamento das relações sociais e humanas com seu hábitat natural.

No âmbito acadêmico diversos estudos apontam para a consolidação dessa tendência e alertam para a necessidade de se estabelecer novas bases éticas nas quais a sociedade promova práticas de respeito à natureza. JONAS (2006), MORIN (2000), BOFF (2003), LEFF (2006), APEL (2000), OLIVEIRA (1995). Esses trabalhos argumentam a incompatibilidade do estilo de vida da sociedade técnico-científica com os preceitos de sustentabilidade e preservação do planeta. Trata-se portanto de uma questão ética. Por ética, entende-se, os princípios valorativos que determinam as relações sociais ao emitirem normas de conduta para a coletividade.

É nesse contexto, que o trabalho aqui proposto se insere, propondo uma reflexão sobre a possibilidade de se utilizar os conceitos weberianos de ação social e ética para análise os argumentos éticos da Sustentabilidade.

2. Revisão Bibliográfica

2.1. Ética: algumas considerações

O ser humano ao longo de sua existência tem estabelecido diretrizes e normas para ordenar sua conduta, nisto, diferentes lógicas de convivência e atuação social têm sido empreendidas com vistas a organizar a sociedade e as relações de seus membros. Assim, hábitos e costumes são legitimados, questionados e modificados em função do momento histórico, do contexto social e das necessidades coletivas e a ética que rege o comportamento humano se transforma para atender as novas demandas e responder as diferentes questões que se instauram com as mudanças sociais.

Mas o que é ética? Não existe consenso para responder a essa questão, embora as diferentes conotações referentes a esse conceito admitem que a ética visa orientar as decisões humanas, estabelecendo referências sobre o que é certo, permitido e desejável. “Toda cultura e cada sociedade institui uma moral, isto é, valores concernentes ao bem e ao mal, ao permitido e ao proibido, e à conduta correta, válidos para todos os seus membros” (CHAUÍ, 2000). Como a sociedade está em constante modificação, sua ética correspondente sofre alterações e é por isso que não se pode falar de uma definição acabada, mas de um processo de constante debate.

Chauí (2000) define ética como uma filosofia da moral, através da qual os indivíduos podem discutir, problematizar e interpretar o significado e a significação dos valores morais que embasam suas decisões. Corroborando essa associação entre ética e moral, Vasquez (2000) anuncia que a ética é a ciência que estuda a moral, que analisa os fundamentos do agir humano e os princípios que subordinam a vontade individual aos preceitos normativos da coletividade. Para tanto, o autor faz algumas distinções entre ética e moral, sobre a primeira argumenta que trata-se de uma forma abstrata, reflexiva e racional de se conceber a vida e seus dilemas, no tocante a moral, Vasquez enfatiza que este elemento tem caráter social, com conotação objetiva e normativa. Seguindo esses preceitos distintivos entre ética e moral, Boff (2003) fala da necessidade de se conceituar adequadamente esses pressupostos para o entendimento efetivo de seus significados, nisto, define ética e moral como:

A ética é a parte da filosofia. Considera concepções de fundo acerca da vida, do universo, do ser humano e do seu destino, estatui princípios e valores que orientam pessoas e sociedades. Uma pessoa é ética quando se orienta por princípios e convicções. Dizemos, então, que tem caráter e boa índole.

A moral é a parte da vida concreta. Trata da prática real das pessoas que se expressam por costumes, hábitos e valores culturalmente estabelecidos. Uma pessoa é moral quando age em conformidade com os costumes e valores consagrados. Estes podem, eventualmente, ser questionados pela ética. Uma pessoa pode ser moral (segue os costumes até por conveniência) mas não necessariamente ética (obedece á convicções e princípios). (BOFF, 2003, p. 37).

Para elucidar a ética enquanto filosofia da moral humana Chauí (2000) apresenta o pensamento dos clássicos Sócrates e Aristóteles. A autora argumenta que Sócrates inaugura os pressupostos éticos ou conceitos morais ao questionar o sentido dos costumes praticados pela sociedade e cultuados a cada geração e as motivações do caráter do indivíduo que pratica essas normas culturais para respeitar ou transgredir esses valores comuns. E acrescenta:

Ao indagar o que **são** a virtude e o bem, Sócrates realiza na verdade duas interrogações. Por um lado, interroga a sociedade para saber se o que ela costuma (*ethos com eta*) considerar virtuoso e bom corresponde efetivamente à virtude e ao bem; e, por outro lado, interroga os indivíduos para saber se, ao agir, possuem efetivamente consciência do significado e da finalidade de suas ações, se seu caráter ou sua índole (*ethos com epsilon*) são realmente virtuosos e bons. A indagação ética socrática dirige-se, portanto, à sociedade e ao indivíduo. (CHAUÍ, 2000, p. 439).

Em Aristóteles a ética pode ser entendida segundo critérios de distinção entre vícios e virtudes, sua característica principal é a ação prudente, capaz de escolher racionalmente as opções que promovam o bem comum (CHAUÍ, 2000). Existe nesse conceito uma associação entre virtuosidade, moralidade e costumes.

Podemos resumir a ética dos antigos em três aspectos principais:

1. O **racionalismo**: a vida virtuosa é agir em conformidade com a razão, que conhece o bem, o deseja e guia nossa vontade até ele;
2. O **naturalismo**: a vida virtuosa é agir em conformidade com a Natureza (ocosmos) e com nossa natureza (nosso *ethos*), que é uma parte do todo natural;

3. A **inseparabilidade entre ética e política**: isto é, entre a conduta do indivíduo e os valores da sociedade, pois somente na existência compartilhada com outros encontramos liberdade, justiça e felicidade. (CHAUÍ, 2000, p. 441).

Esses conceitos clássicos evidenciam a ética como assunto indispensável para o entendimento das questões existenciais do ser humano e são a partir deles que a ética se insere no debate científico e se consolida como tema universal. Porém, sociedades diferentes demandam valores e preceitos éticos distintos, reside aqui, a dificuldade em se estabelecer consensos e unificação do tema, uma vez que a humanidade pode vivenciar problemas e situações iguais, mas o entendimento sobre estes fatores assume conotações diversas em função do contexto político-cultural em que ocorrem.

Questionando a correlação entre ética e moral e o caráter dogmático que os valores éticos são trabalhados pela ética tradicional, Nietzsche (2003) rejeita o conceito de indivíduo ético, bondoso e virtuoso e da ética da moralidade ao discutir a impossibilidade de uma interpretação acabada e abrangente sobre o que é bom e mal e propõe o espírito de liberdade como emancipação da hegemonia do ideal tradicional, com ele o indivíduo poderia segundo Nietzsche, questionar, negar e criar novas visões de mundo. Em suas críticas sobre a ética da moralidade, assume:

Os filósofos, tão logo se ocupavam da moral como ciência, exigiam de si mesmos, como uma seriedade cerimoniosa que faz rir, algo de muito mais elevado, mais pretensioso, mais solene. Eis que pretendiam a fundamentação da moral. Daí que todo filósofo julgou ter até agora fundamentado a moral. A própria moral, porém, era considerada como 'dada'. Quão distante do seu torpe orgulho estava essa tarefa, aparentemente modesta e deixada ao pó e ao bolor, de descrever a moral, conquanto, para a realizar, dificilmente servissem as mãos e os sentidos mais delicados [...] em toda ciência da moral, apresentada até hoje, tem faltado ainda, por mais fantástico que possa parecer, o problema da própria moral. Tem faltado a suspeita de que pudesse nela existir algo de problemático (NIETZSCHE, 2003, p.100-101)

A fundamentação da ética na sociedade contemporânea demanda uma releitura dos termos tradicionais e uma realocação de seus significados aos desafios característicos desse modelo de sociedade. Oliveira (1995) argumenta que a ética ocidental, ou da sociedade industrial tem caráter a-histórico e se constitui sem “referência concreta no tempo”, são preceitos “imperativos e abstratos”.

Muitos autores argumentam que contextualizar a ética na sociedade contemporânea significa colocá-la em diálogo com a ciência, a tecnologia e o meio ambiente, JONAS (2006), OLIVEIRA (1995), BOFF (2003), MORIN (2000) e com os efeitos da interligação desses elementos. A ética nesse contexto é utilizada como subsídio para o equacionamento dos impasses provocados pelas consequências negativas da lógica instrumental da sociedade técnica, especificamente do modo produtivo capitalista para o meio ambiente e o uso do conhecimento científico para legitimar esse processo.

Considerando os desdobramentos nocivos da era da industrialização para humanidade, Apel (2000) advoga a necessidade de se construir uma macro-ética ou ética universal que discuta princípios gerais de conduta, mas alerta para o paradoxo que essa proposta inspira [...] “uma ética universal (isto é, uma ética intersubjetivamente válida) da responsabilidade solidária parece ser ao mesmo tempo necessária e impossível”. Pois se de um lado temos a urgência de modificar padrões de conduta e concepções de mundo, de outro temos um mundo plural, caracterizado por interesses distintos e como a aceitação de novas normas depende da

formulação de princípios acatados coletivamente, a problemática é como validar preceitos gerais para grupos particulares. Para tanto, acrescenta:

Quem reflete sobre a relação entre ciência e ética na sociedade industrial moderna e global, vê-se diante de uma situação paradoxal. Pois, de um lado, a carência de uma ética universal, ou seja, de uma ética obrigatória para a sociedade humana como um todo, jamais foi tão urgente quanto em nossa era de uma civilização unificada, planetária e criada pelas consequências tecnológicas da ciência. Por outro lado, a tarefa filosófica de uma fundamentação racional da ética universal jamais pareceu tão difícil e tão sem perspectiva quanto na era da ciência. (APEL, 2000, p. 407).

Dentro desse debate contemporâneo de questões técnicas, científicas e ambientais, Morin (2000) argumenta que a ética surge de um processo de interligação entre o indivíduo, a sociedade e a espécie, enfatizando que [...] “a cultura, no sentido genérico, emerge destas interações, reúne-as e confere-lhes valor. Indivíduo/sociedade/espécie sustentam-se, pois, em sentido pleno: apóiam-se, nutrem-se e reúnem-se” [...] são elementos indissociáveis que formulam uma ética efetivamente humana, capaz de articular todas as variáveis que o indivíduo tem contato na convivência social.

A Sustentabilidade se insere nessas perspectivas como um fundamento base para a mudança no paradigma ético da sociedade contemporânea. Através da interligação dos aspectos econômicos, sociais e ambientais, a Sustentabilidade propõe mudanças efetivas nas formas de se relacionar com o espaço natural, de se conviver com as demais espécies e com o outro. Jonas (2006) apresenta o princípio da responsabilidade como o imperativo primordial para a promoção da sustentabilidade, elucidando que através de atos responsáveis é possível garantir a sobrevivência do planeta e preservá-lo para as gerações futuras.

No entanto, no debate aqui proposto, “a constatação da sustentabilidade como valor ético”, perpassa tanto por aspectos racionais, por princípios de responsabilidade e pela atribuição de compromissos, como por fatores emocionais, caracterizados por ações de cuidado e afeto para com o planeta. Para consecução dessa discussão, Max Weber se mostra oportuno e coerente uma vez que sua tipologia de ação social e suas concepções de ética da responsabilidade e da convicção dão conta dessa abordagem plural de unificação em um mesmo conceito de diversos elementos analíticos, nisto a obra de Weber possibilita esclarecimentos sobre como as ações afetivas e racionais podem constituir a base ética da Sustentabilidade e qual o papel da ética da responsabilidade e da convicção para a consolidação da sustentabilidade enquanto tema ético.

2.2. Sustentabilidade e Ética: aproximações necessárias

Nos últimos tempos tem se tornado evidente a relação entre industrialização e degradação ambiental, os altos níveis de poluição e destruição da natureza refletem entre outros fatores, o descaso do homem para com seu meio ambiente e os efeitos de suas práticas sociais e econômicas para o ecossistema. A constatação dessa crise entre homem-natureza fez surgir debates, propostas e questionamentos sobre como equilibrar a convivência humana com a natureza, ademais, considerações sobre o papel da economia, do Estado e da sociedade foram efetivadas no intuito de se encontrar soluções para esse momento específico.

Em pauta discute-se um novo modelo de desenvolvimento que agregue variáveis econômicas, sociais e ambientais, trata-se do chamado Desenvolvimento Sustentável, sobre suas dimensões, tem-se:

A dimensão ambiental se refere à capacidade do homem de utilizar adequadamente os recursos naturais dentro de uma visão sistêmica de biodiversidade e da vocação natural dos ecossistemas. A dimensão econômica abrange elementos e processos associados às atividades de geração de riqueza, através da transformação das condições de produção em favor da humanidade e da utilização dos recursos de maneira racional, para atender à demanda das gerações atuais sem comprometer os anseios das populações futuras. A dimensão sociocultural envolve a integração do homem em todos os aspectos da sociedade, de maneira que tenha acesso aos direitos econômicos, sociais e jurídicos e possa desfrutar de uma vida digna em sociedade. (AGENDA 21 DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2002, p. 11).

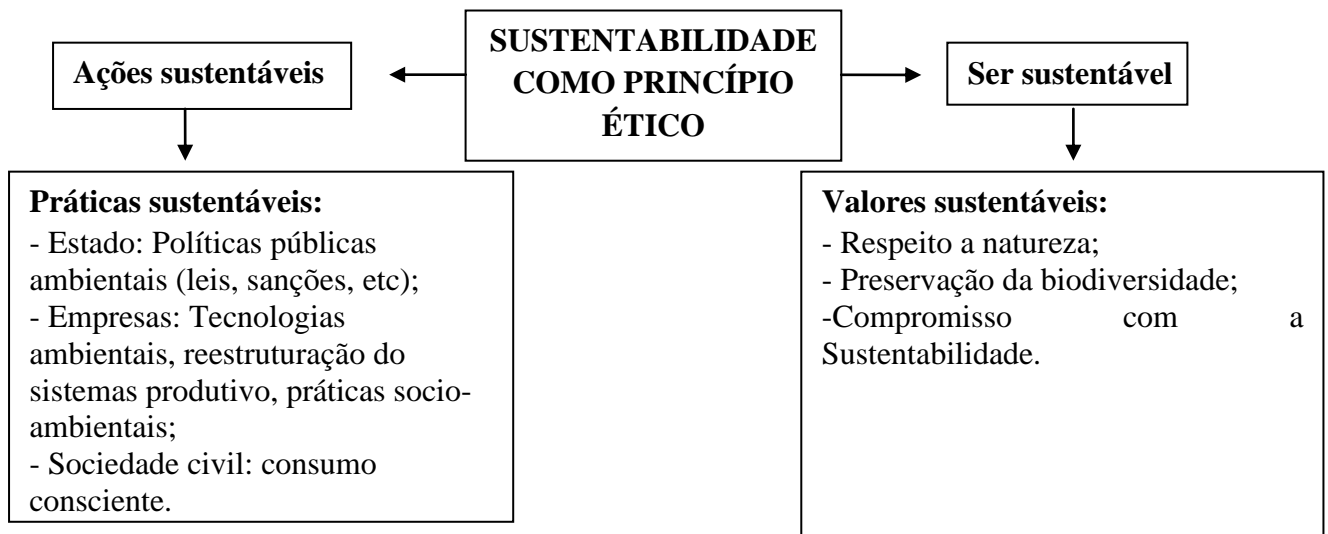
É um modelo que contempla diferentes esferas e se alinha as necessidades vigentes de se articular institucionalmente compromisso social e modo produtivo. “ O Desenvolvimento Sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades”. (NOSSO FUTURO COMUM, 1999).

Diante desse contexto de reflexão e reordenamento das relações do homem com a natureza, diversas propostas têm sido apresentadas no intuito de sanar a degradação já instaurada e evitar novas formas de destruição do espaço natural. Essa mobilização coletiva em prol da preservação ambiental delega diferentes papéis aos agentes sociais para a consolidação desse novo paradigma. Ao Estado têm se incumbido a função de desenvolver e aplicar políticas públicas ambientais que primem pelo controle do uso dos recursos naturais, através de sanções, leis e dispositivos normativos em geral, às empresas, a responsabilidade recai sobre a implantação de tecnologias ambientais, reestruturação do sistema produtivo e adoção de práticas socio-ambientais, as delegações para sociedade civil referem-se à atitudes de consumo consciente.

Desse modo, percebe-se que o debate ambiental tem enfatizado modificações nas práticas dos indivíduos e das instituições e negligenciado a formulação de novos valores e ideais, no entanto, a complexidade inerente a relação homem-natureza, sistema produtivo-espaço natural, pressupõe a discussão de novas lógicas de se conceber os temas ambientais e de agir em sua função. É necessário se discutir, portanto, questões que extrapolem a mera aplicação de preceitos e recomendações dos tratados e documentos oficiais e que apreendam noções sobre os direitos, deveres e compromissos da sociedade técnico-científica com a natureza.

A cerne da questão ambiental ultrapassa a convicção do “como fazer” e engloba necessariamente o “como ser” sustentável. Estamos diante de uma crise que requer reflexões e modificações em hábitos, valores e ações historicamente legitimadas, de um ideal antropocêntrico, de primazia do homem sob os outros seres, de utilização da natureza como meio para finalidades meramente humanas, a sociedade contemporânea precisa encontrar novos embasamentos para articular as relações sociais de produção, consumo e convivência com a disposição limitada dos recursos naturais e a degradação natural provocada pela atuação do homem no meio natural. Esse itinerário perpassa, portanto, por reafirmações existenciais do homem com a natureza, pela reconstrução de formas de convivência do meio social com o meio natural pautados no respeito à natureza, na preservação da biodiversidade e no compromisso social com a Sustentabilidade. Nele a Sustentabilidade não é composta só de ações, mas de valores.

Figura 1: As dimensões da Sustentabilidade como princípio ético.



Fonte: Elaboração própria.

Via de regra, as éticas que se voltam para a questão ambiental têm, dentre outras, as seguintes motivações básicas (SOSA, 1990).

1. O interesse de indivíduos e comunidades que estão sendo diretamente afetados pelos problemas ambientais;
2. O interesse da sociedade em geral, ameaçada em sua qualidade de vida em relação às suas oportunidades de futuro;
3. A solidariedade humana que concebe a terra como espaço vital de todos os seres que podem compartilhar seus bens;
4. O reconhecimento do direito à vida e à qualidade desta para as gerações futuras;
5. O reconhecimento do direito à vida de outras espécies não humanas e que estão ameaçadas pela ação do homem.

Leff (2006) coloca a discussão da sustentabilidade no âmbito da racionalidade, focando a ação racional e o estabelecimento de objetivos e finalidades específicas da sociedade para a temática ambiental, o autor interpreta que a racionalidade ambiental refere-se a um sistema de valores, normas, princípios e práticas que almejam a obtenção da sustentabilidade. Seguindo esse apelo moral ou racional, Jonas (2006) remete ao conceito de responsabilidade para falar de uma ética apropriada à era da civilização tecnológica, delegando a essa noção a função de estabelecer práticas direcionadas a promoção do bem estar para o presente e para as gerações futuras. Ao clamar pelo substrato responsabilidade esse autor insere a ética em uma instância objetiva e normativa.

Já as ideias de Boff (2003) sobre a formulação de uma ética, relacionada a sustentabilidade, considera tanto ações racionais, pautadas no pressuposto de responsabilidade para com a terra e seus habitantes, como ações emotivas, advindas da afetividade no trato com a natureza, sobre a responsabilidade afirma: “Somos obrigados a desenvolver um ethos de

ilimitada responsabilidade por tudo o que existe e vive, como condição de sobrevivência da humanidade e de seu habitat natural” [...] e refere-se aos ideais de cuidado, solidariedade e afeto como preceitos indispensáveis a uma ética ecológica.

A conceituação aqui proposta fala de uma articulação entre aspectos racionais e afetivos para uma interpretação completa da Sustentabilidade, que prime por seus aspectos valorativos e normativos, enfatizando que esse assunto ao tratar de uma necessidade comum por uma nova forma de concepção das relações do indivíduo com a natureza, deve incorporar o homem em sua plenitude e suas diversas formas de articulação social. Nisto, leis e normas de conduta sustentáveis como as que são disseminadas pelos órgãos oficiais não dão conta da problemática estabelecida, é preciso considerar as dimensões humanas que extrapolam sua racionalidade comportamental.

2.3. Os tipos ação social e de ética de Max Weber: contribuições para a Sustentabilidade como princípio ético

A transposição dos conceitos weberianos de ação social e ética para os estudos da Sustentabilidade como imperativo ético se faz oportuna na medida em que estes conseguem explicar as motivações da ação social e nesse sentido, a significação que os agentes podem conceder à Sustentabilidade em suas interações sociais, bem como, os respectivos princípios morais que embasam o comportamento ético dos agentes frente às questões ambientais.

Por ação social, Weber (1999) refere-se às práticas que se orientam “pelo comportamento de outros”, e diz [...] “nem todo tipo de contato entre pessoas tem caráter social, senão apenas um comportamento que, quanto ao sentido, se orienta pelo comportamento de outra pessoa [...] uma ação que, em seu curso, se determina ou se co-determina, de maneira apenas reativa, pelo simples fato de haver uma situação de “massa”, sem que haja uma relação de sentido com essa situação, não seria “ação social” no sentido aqui adotado do termo. (WEBER, 1999, p. 14). Apresentadas as considerações iniciais sobre o tema, Weber acrescenta:

A ação social, como toda ação, pode ser determinada : 1) *de modo racional referente a fins*: por expectativas quanto ao comportamento de objetos do mundo exterior e de outras pessoas, utilizando essas expectativas como “condições” ou “meios” para alcançar fins próprios, ponderados e perseguidos racionalmente, como sucesso; 2) *de modo racional referente a valores*: pela crença consciente no valor – ético, estético, religioso ou qualquer que seja sua interpretação – absoluto e inerente a determinado comportamento como tal, independentemente do resultado; 3) *de modo afetivo*, especialmente *emocional*: por afetos ou estados emocionais atuais; 4) *de modo tradicional*: por costume arraigado.(WEBER, 1999, p. 15).

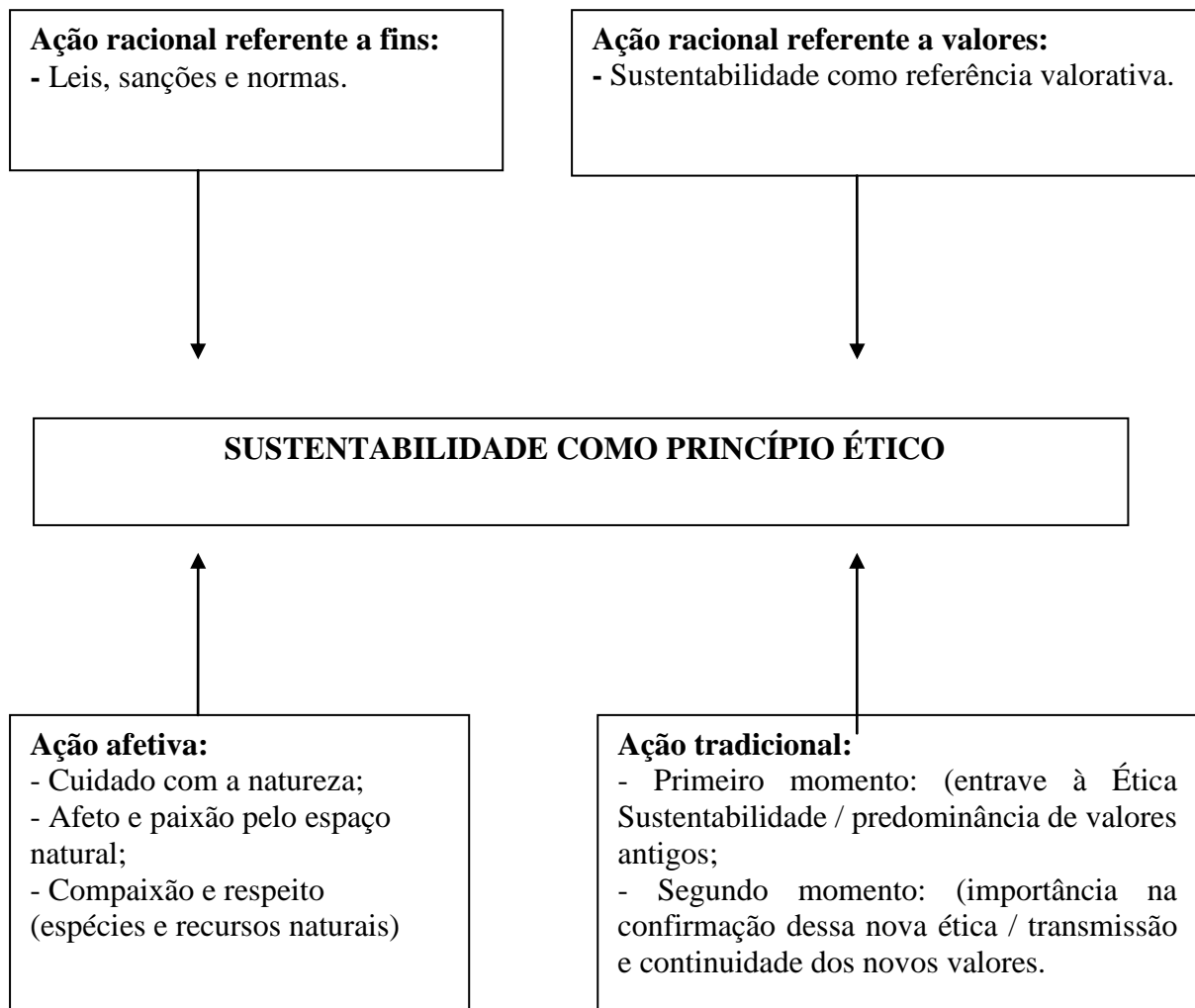
Segundo Max Weber, a Sociologia é a ciência da ação social, que ela quer compreender interpretando, e cujo o desenvolvimento quer explicar socialmente. Os três termos fundamentais são aqui, compreender (*verstehen*), interpretar (*deuten*) e explicar (*erklären*), respectivamente, apreender a significação, organizar o sentido subjetivo em conceitos e evidenciar as regularidades da conduta (ARON, 1990, p. 491). Depreende-se desse fato a constatação de que entender a obra weberiana pressupõe compreender a significação que essa atribui aos tipos de ação social.

Sobre essa tipologia da ação social desenvolvida por Weber, Alves (2003) explica que a ação de caráter racional com relação a fins é dotada de racionalidade instrumental, funcional ou técnica e é efetuada de modo consciente, calculado e deliberado, trata-se de uma ação direcionada a obtenção de determinados fins. Por ação racional com relação a um valor esse autor define [...] “é uma ação ditada por mérito intrínseco do valor que a inspira, e a atenção concedida ao significado do ato em si é maior do que a reflexão sobre as suas consequências” [...]. Já a ação afetiva é motivada por aspectos emocionais [...] “corresponde a uma ação predominantemente sentimental” [...]. No tocante a ação do tipo tradicional, Alves, fala da submissão à valores institucionalizados, continuamente praticados ao longo do tempo. (ALVES, 2003, p. 25-26).

É possível, contudo, identificar aplicações práticas dessa formulação teórica nas relações sociais. No estudo aqui proposto, as ações sociais trabalhadas por Weber podem ser relacionadas às práticas efetivadas pelos agentes na institucionalização da sustentabilidade como tema de interesse comum. Assim, a ação racional referente a fins nesse contexto, ocorre quando os atores sociais assumem condutas efetivas direcionadas ao assunto, incorporando meios específicos de atuação como leis, normas e sanções e agindo de forma racional para a consecução do objetivo estabelecido, “a preservação do planeta”. A ação racional referente a valores acontece no momento em que a Sustentabilidade serve de referência para validar as práticas dos indivíduos, sendo, pois um entendimento coletivo, um apelo valorativo socialmente aceito.

A ação afetiva direcionada a obtenção da sustentabilidade se verifica em situações onde o indivíduo passa a analisar as questões ambientais por uma ótica emotiva, emitindo suas noções de cuidado com a natureza, referindo-se a importância do afeto e da paixão pelo espaço natural, e a necessidade de se cultivar sentimentos de compaixão e respeito pelas diferentes espécies e recursos naturais. O modo tradicional de ação, baseado em costumes e normas sancionadas ao longo do tempo, tem dois papéis na consolidação da Sustentabilidade como preceito ético vigente, no início desse processo, os valores arraigados se constituem um entrave à promoção de novas noções de se pensar e agir em relação ao meio ambiente, pois, a lógica trabalhada até agora tem como pauta o uso desregrado dos recursos naturais para a promoção das atividades produtivas e a ideia da natureza como um meio de sobrevivência para os humanos, negar esse ideal e substituí-lo por outro equivale a questionar o modelo de sociedade e de vida que desfrutamos atualmente, o que necessariamente causa desconforto e resistência. Após esse momento de aceitação e institucionalização do tema, a ação movida pela tradição exerce importância fundamental na confirmação dessa ética, pois caberá a esse tipo de ação garantir a continuidade e a prevalência dos preceitos aceitos.

Figura 2: Relações entre as ações sociais de Max Weber e a Sustentabilidade enquanto princípio ético



Fonte: Elaboração própria.

Dito deste modo, a tipologia weberiana sobre a ação social representa um arcabouço consistente para elucidar as questões que permeiam a Sustentabilidade e sua institucionalização enquanto valor vigente, através dela é possível detectar diferentes ângulos do mesmo fenômeno e entender como a sociedade pode construir e legitimar novas bases ideológicas.

Essa análise plural ultrapassa a visão reducionista de estudos que focam a ação racional e a racionalidade de forma geral como o imperativo mais importante nas investigações sobre o tema sustentabilidade: Leff(2006), Jonas (2006) e dá margem a discussões que agregam conjuntamente a racionalidade e a afetividade das ações sociais: Boff (2003), Morin (2000).

Ao relacionar a ação com os valores que a inspiram, Weber (1968) cria seu conceito de ética e apresenta sua concepção sobre as motivações valorativas que impulsionam o homem. Para Aron (1990) [...] “Weber tratou de duas maneiras esse mundo de valores, mundo da ação e objeto da ciência atual” [...] “de um lado, enquanto filósofo da política, Weber procurou elaborar o que eu chamaria de as antinomias da ação. De outro, como sociólogo, ele

quis refletir sobre diferentes atitudes religiosas e a influência que exercem sobre a conduta dos homens” [...].

Em suas considerações sobre a antinomia da ação, Weber, elabora a chamada ética da responsabilidade e a ética da convicção, na primeira refere-se a preceitos racionais que o homem segue em função da obtenção de fins, na ética da convicção, refere-se a ações estimuladas por emoções ou sentimentos afetivos, os quais não consideram consequências nem finalidades pretendidas. (WEBER, 1968).

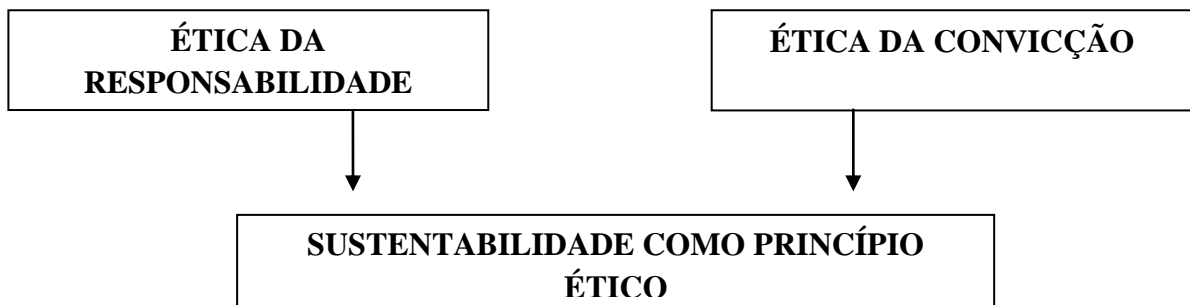
A ética da reponsabilidade (*verantwortungsethik*) é aquela que o homem de ação não pode deixar de adotar; ela ordena a se situar numa situação, a prever as consequências das suas possíveis decisões e a procurar introduzir na trama dos acontecimentos um ato que atingirá certos resultados ou determinará certas consequências que desejamos [...] a ética da responsabilidade interpreta a ação em termos de meios-fins. Já a ética da convicção [...] incita a agir de acordo com nossos sentimentos, sem referência, explícita ou implícita, às consequências. (ARON,1990, p. 470 - 471).

Weber (1968) emite essas reflexões sobre ética ao analisar o papel do político, nisto argumenta [...] “a ética da convicção e a ética da responsabilidade não se contrapõem, mas se completam e, em conjunto, formam o homem autêntico, isto é, um homem que pode aspirar à “vocação política”, com isso Weber alerta para a necessidade de se considerar simultaneamente esses dois tipos de moral, que são fundamentadas nas noções de ação racional (ética da reponsabilidade) e ação afetiva (ética da convicção) para o entendimento efetivo do homem enquanto ser social.

Conclui-se portanto, que os preceitos da ética da responsabilidade aplicados a Sustentabilidade, fornecem as bases para a explicação e caracterização de comportamentos de respeito e compromisso com a natureza, explicam a motivação para ações objetivas direcionadas a obtenção de fins previamente estabelecidos, como as metas de redução de poluição, uso de lixo seletivo, compra de produtos ecologicamente sustentáveis, entre outros. A ética da responsabilidade é com isso o referencial para as práticas racionais direcionadas ao meio ambiente e influencia as decisões ao mensurar os benefícios e as consequências das ações do homem sobre o espaço natural

A ética da convicção pode contribuir no debate sobre a Sustentabilidade enquanto pressuposto ético ao explicar a moral alicerçada em valores sentimentais do indivíduo, a partir dela é possível tecer comentários sobre a ocorrência e o papel do afeto e da emoção nas ações destinadas a sustentabilidade. Logo as duas éticas não são excludentes e articulam-se simultaneamente para a consolidação desse novo paradigma.

Figura 3: Contribuições da ética da responsabilidade e da convicção para a Sustentabilidade como princípio ético.



Fonte: Elaboração própria.

3. Considerações finais

Analisar a Sustentabilidade pela ótica da ética, nos possibilita identificar que além de adoção de novas práticas, a consolidação de uma sociedade efetivamente sustentável pressupõe uma modificação de valores e princípios. Nisto a Sustentabilidade apreende componentes da ação social e da ética que os embasam.

Trata-se de conceituar o “porquê” da sustentabilidade, atribuindo portanto sentido as ações ambientais correspondentes. Para responder a essas questões, a obra de Weber assume fundamental importância ao contribuir com as tipologias da ação social e da ética da responsabilidade e da convicção como categorias bases para a interpretação da fundamentação das práticas e dos valores sustentáveis.

Assim, as categorias weberianas de análise servem portanto de referências conceituais que possibilitam ao investigador associar os preceitos científicos com a prática das ações ambientais, nisto, elas permitem a análise, compreensão e descrição dos fenômenos estudados.

Ao associar os tipos de ação social de Weber com a Sustentabilidade foi possível verificar que esta comporta todos esses tipos de ação. Na ação racional, foi identificada a prática de leis e normas ambientais, como um comportamento orientado por fins e movido por aspectos objetivos, no tocante a ação racional orientada por valores, a sustentabilidade apresenta as práticas alicerçadas em princípios específicos sobre a temática, como a preservação, o consumo consciente, entre outros, já ação afetiva refere-se a comportamentos emotivos do homem com a natureza, como o amor, o cuidado, o respeito, etc, e a ação tradicional apresenta duas modalidades de relação com o tema, no primeiro ela se configura como um problema a promoção da sustentabilidade já que é movida por preceitos legitimados ao longo do tempo, no segundo quando a temática já esta consolidada, a ação tradicional tem o papel de institucionalizar os novos valores.

Quanto a ética da responsabilidade e a ética da convicção, é possível identificar contribuições essenciais desses pressupostos para o estudo sobre a Sustentabilidade enquanto atributo ético, na primeira, observa-se que a responsabilidade a que os agentes estão induzidas nas suas ações racionais, facilita a efetivação de práticas direcionadas a determinados fins, traspondo-se essa constatação para as questões ambientais, conclui-se que

a responsabilidade pela preservação do meio ambiente, tendo como fim a permanência da vida terra tem correlação direta com esse tipo de ética. No que diz respeito as relações entre a ética da convicção e a sustentabilidade, pode-se inferir que a ação movida por sentimento característica dessa ética é primordial na mudança de concepção sobre o meio ambiente e se constitui pois de uma ação indispensável para a consecução de uma Ética da Sustentabilidade, já que amor, paixão, solidariedade são aspectos que podem revolucionar o comportamento humano e empreender transformações profundas nas estrutura social.

Contudo, o arcabouço teórico weberiano utilizado nesse trabalho mostrou-se coerente e suficiente para responder as indagações aqui propostas. A partir dele foi possível detectar que a Sustentabilidade ultrapassa a dimensão normativa e prática referente a introdução de dispositivos legais contidos nos documentos oficiais e nos discursos acadêmicos que primam por aspectos meramente racionais e alcança patamares valorativos, constituindo-se também como um ideal a ser seguido, um conceito ideológico, um princípio ético norteador de condutas. Essa verificação foi possível, porque as análises weberianas sobre ação social permitem verificar o fenômeno no plano da racionalidade ou objetividade, na esfera da institucionalização de valores, na dimensão cultural de absorção de valores tradicionais, e no âmbito das dimensões emotivas e subjetivas do indivíduo, o que permite estruturar os fenômenos enquanto, práticos, valorativos ou subjetivos. Já as considerações sobre ética da responsabilidade e da convicção contribuíram para o entendimento sobre o processo como a ética se estabelece nas relações sociais, e nesse sentido, como a Sustentabilidade pode ser trabalhada pelos princípios de responsabilidade e ação racional e pela convicção em sentimentos subjetivos.

4. Referências bibliográficas

AGENDA 21 DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Recife, 2002.

ALVES, S. **Racionalidade, Carisma e Tradição nas Organizações Empresariais Contemporâneas**. Editora UFPE. 2003.

APEL, K, O. **Transformação da Filosofia. Tomo II: O apriori da comunidade de comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

ARON, R. **As etapas do pensamento sociológico**. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BOFF, L. **Ética e moral: a busca dos fundamentos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo. Ática, 2000.

JONAS, Hans. **O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LEFF, E. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza**. Tradução de Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. – São Paulo : Cortez ; Brasília, DF : UNESCO, 2000.

NIETZSCHE, F. **Para Além do Bem e do Mal: Prelúdio a uma filosofia do futuro.** Tradução. São Paulo, Editora Martin Claret, 2003.

NOSSO FUTURO COMUM: **Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.** 2^a ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991,

OLIVEIRA, M. A. **Ética e Economia.** São Paulo: Ática. 1995.

SOSA, Nicolás M. **Ética ecológica. Necesidad, posibilidad, justificación y debate.** Madrid:Universidad Libertarias, 1990.

VASQUEZ, A. **Ética.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações.** São Paulo: Cultrix, 1968.

WEBER, Max. **Economia e sociedade.** Vol. 2. Revisão técnica de Gabriel Cohn. Brasília: Ed. UNB, 1999.